

**Prática da Tradução Técnica: A Dimensão Pragmática da
Tradução Jurídica**

Inês Carmelo Geraldès

**Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução
Área de Especialização em Inglês**

Março de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução – Especialização em Inglês, realizado sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Iolanda Ramos.

AGRADECIMENTOS

À Multilingual Europe e em particular à Doutora Débora Shefkiu por me ter dado a oportunidade de estagiar na sua empresa e aceitar ser minha orientadora no local do estágio, assim como à restante equipa por me receberem e se mostrarem disponíveis para qualquer questão e proporcionarem uma experiência de trabalho enriquecedora.

À Professora Doutora Iolanda Ramos por me orientar ao longo deste percurso.

Aos professores do Mestrado em Tradução, pela sua contribuição para a minha formação na área da tradução.

PRÁTICA DA TRADUÇÃO TÉCNICA: A DIMENSÃO PRAGMÁTICA DA TRADUÇÃO JURÍDICA

INÊS CARMELO GERALDES

RESUMO

O presente relatório procura relatar e analisar o estágio curricular, que se insere na componente não letiva do Mestrado em Tradução, com especialização em Inglês, realizado na empresa de tradução, Multilingual Europe.

O relatório de estágio tem como objetivos, por um lado, evidenciar a dimensão pragmática da tradução jurídica, por outro, analisar a prática de tradução realizada durante o estágio, procurando utilizar e aprofundar os conhecimentos e métodos adquiridos na componente letiva do mestrado e evidenciar as novas competências desenvolvidas, relativamente à prática de tradução. Para tal, visa abordar algumas noções sobre a tradução técnica, a tradução jurídica e a pragmática, procurando demonstrar a relação existente entre as mesmas e sustentar teoricamente o trabalho prático realizado durante o estágio.

Pretende também refletir sobre a prática de tradução num ambiente profissional, nomeadamente, expor os métodos de trabalho utilizados, a gestão de projetos e o contacto com o mercado de trabalho, no que diz respeito aos clientes e às suas exigências, ao tipo de traduções mais requisitadas e aos seus prazos. Esta análise permite a aplicação e articulação das metodologias e dos conhecimentos assimilados durante a primeira parte do mestrado, com a prática de tradução.

Por fim, o relatório procura ilustrar algumas das principais dificuldades encontradas ao longo do estágio, tendo em conta a tradução de textos jurídicos, e o processo de tentativa de resolução das mesmas, assim como as suas potenciais consequências pragmáticas, incluindo de que forma esta experiência contribuiu para a evolução e instrução da estagiária.

PALAVRAS-CHAVE: tradução jurídica, tradução técnica, pragmática, certificação, estágio curricular.

TECHNICAL TRANSLATION PRACTICE: THE PRAGMATIC DIMENSION OF LEGAL TRANSLATION

INÊS CARMELO GERALDES

ABSTRACT

This report aims to describe and analyze the work done throughout the curricular internship, which occurred in the second half of the master's degree in Translation, with specialization in English, which took place in the translation company Multilingual Europe.

Its goals are, on the one hand, to highlight the pragmatic dimension of legal translation, and on the other hand, to describe the translation activities carried out, while seeking to make use of and deepen the knowledge and methods learned in the first half of the master's degree. Additionally, it seeks to show how the new skills previously acquired relate to the practice of technical, legal, and pragmatic translation, aiming, at last, to find a relation between them, as a way to contextualize the work carried out during the internship.

It also aims to reflect on the practice of translation in a professional context, namely, with respect to the work methodologies used, the project management and the contact with the labour market, the clients and their demands, the kinds of translation with the highest demand, and their deadlines. Thus, it allows for the articulation of the knowledge and different approaches learned in the course with the practice of translation.

Finally, it aims to take a deeper look at some of the projects done during the internship and how they served to illustrate the biggest difficulties encountered in this area, the process of trying to find solutions to those problems and its possible pragmatic consequences, including how this experience contributed to the intern's training and evolution.

KEYWORDS: legal translation, technical translation, pragmatics, certification, curricular internship.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Apresentação geral do estágio	2
1.1 A empresa Multilingual Europe	2
1.2 Metodologia de Trabalho	5
2. Enquadramento Teórico	8
2.1 Texto Técnico	8
2.2 Texto Jurídico	9
2.3 Pragmática	12
3. Traduções Realizadas — estudos de caso e análise crítica	16
3.1. Terminologia específica, designação de instituições e siglas	20
3.2. Expressões fixas ou fórmulas	23
3.3. Ocorrência de frases longas e complexas	26
CONCLUSÃO	29
BIBLIOGRAFIA	31
ANEXOS	i
Anexo I - Glossários	i
Anexo II - Modelo de Apostila de Haia	iii
Anexo III - Registo Criminal	iv
Anexo IV - Certificado	v
Anexo V - Certidão	vi
Anexo VI - Comprovativo de Certidão de Casamento	vii

INTRODUÇÃO

O relatório de estágio insere-se na componente não letiva do Mestrado em Tradução, com especialização em Inglês, tendo como objetivos, por um lado, evidenciar a dimensão pragmática da tradução jurídica, por outro, analisar a prática de tradução, procurando utilizar os conhecimentos e aprofundar os métodos adquiridos na componente letiva do mestrado e adquirir novas competências relativas à prática de tradução técnica, jurídica e pragmática. Pretende-se ainda refletir sobre a prática de tradução num ambiente profissional, nomeadamente, sobre a gestão de projetos e o contacto com o mercado de trabalho, no que diz respeito aos clientes e às suas exigências, ao tipo de traduções mais requisitadas e aos seus prazos.

O relatório começará por caracterizar a empresa onde foi realizado o estágio, a *MULTILINGUAL EUROPE Empresa de Tradução e Interpretação em Lisboa*, sendo que o mesmo teve a duração de 400 horas presenciais, em tempo parcial (6 horas por dia/ 5 dias por semana). Seguidamente, irá fazer uma contextualização teórica da tradução técnica, da tradução jurídica e da pragmática. Por último, serão apresentados, como estudos de caso, alguns exemplos de traduções jurídicas realizadas, nomeadamente, certidões de nascimento e casamento, certificados de residência, registos criminais, atos notariais, contratos, diplomas escolares e universitários, registos de empresas, entre outros, procurando evidenciar que se trata de documentos com uma finalidade pragmática, por exemplo, de permitir a entrada, residência ou empregabilidade de um indivíduo num outro país, obter a transferência ou equivalência de uma instituição de ensino, ou a proteção ou defesa em tribunal, entre outras. Tendo em conta que a estagiária foi tradutora interna de inglês para português, realizando também traduções de português para inglês e, ocasionalmente, de alemão para português, na análise crítica serão evidenciadas as principais funções e desafios de um tradutor numa empresa de tradução no mercado atual, os conhecimentos adquiridos e dificuldades encontradas, bem como os processos de resolução das mesmas, procurando, como conclusão, destacar a dimensão pragmática, a importância e a utilidade da tradução jurídica nos dias de hoje.

1. Apresentação geral do estágio

1.1 A empresa Multilingual Europe

O presente relatório é resultado do estágio realizado na empresa de tradução Multilingual Europe. O estágio teve início a 13 de agosto de 2018 e terminou a 16 de novembro de 2018, tendo uma duração total de 3 meses, equivalentes a 400 horas.

O processo de candidatura a estágio começou pelo contacto com várias empresas, tanto as que tinham protocolos com a Universidade Nova de Lisboa, como empresas que não tinham protocolos com a universidade, encontradas através de uma pesquisa na *internet* relativamente a empresas de tradução situadas em Lisboa, sendo que a empresa que acabou por ser escolhida para realizar o estágio não tinha até então qualquer protocolo com a NOVA-FCSH. A empresa foi contactada no início de julho sobre a possibilidade de estagiar na mesma, por meio de *e-mails* que incluíam a solicitação, por parte da responsável, do currículo, bem como de algumas traduções previamente realizadas e de uma carta de apresentação. Após a aceitação da estagiária e da assinatura do protocolo entre a universidade, a empresa e a estagiária, conseguiu-se acordar numa data para início de estágio e um horário de trabalho.

A Multilingual Europe tem vários escritórios a nível nacional, a saber, em Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo, e realiza serviços para mais de 150 idiomas. Faz maioritariamente traduções jurídicas e técnicas, frequentemente certificadas e com um carácter urgente, mas também traduções literárias e de marketing. Presta também, ocasionalmente, serviços de interpretação de conferências, consecutiva e sussurrada, bem como dobragem de voz, legendagem, transcrição de áudio, transcrição de vídeo e revisão.

A estagiária iniciou o estágio no escritório principal da empresa, situado em Lisboa. Contudo, ao fim de duas semanas, devido a este já se encontrar lotado, foi transferida para o novo escritório que abriu na Portela. Ambos os escritórios têm uma dimensão relativamente pequena, contando com três tradutoras internas. O de Lisboa é constituído pela responsável da empresa e orientadora no local do estágio, a Dra. Débora Mestre Shefkiu, que realiza, maioritariamente a função de gestora de projetos, mas também de revisora e, por vezes, tradutora de inglês, de alemão e de italiano, assim como por uma tradutora de francês e italiano e por uma tradutora de espanhol. Para o escritório da Portela, e para além da estagiária, que exerceu funções como tradutora de

inglês e de alemão, foi também a tradutora de espanhol, que foi substituída no escritório de Lisboa por uma tradutora de alemão e, mais tarde, juntou-se também à equipa da Portela mais uma estagiária, também de inglês. Algum tempo depois, juntou-se também uma advogada, apenas da parte da manhã, para realizar as certificações das traduções.

O estágio caracterizou-se, na sua grande maioria, pela prática de tradução, pautado por revisões ocasionais. A maioria das traduções realizadas foram de inglês para português, mas também foi realizado um grande número de traduções de português para inglês, devido à sua enorme procura no mercado atual por parte de portugueses que pretendem ir para o estrangeiro. Foram feitas igualmente algumas traduções de alemão para português, uma vez que a estagiária possui conhecimentos desse par de línguas.

Relativamente à logística da empresa, em termos de trabalho, ou seja, em relação às traduções a realizar, estas eram enviadas através da *OneDrive* da empresa, o serviço de partilha e armazenamento *online*, na nuvem, da *Microsoft*. As tradutoras recebiam os textos de partida numa pasta denominada “Por fazer”, com as indicações dos pares de língua e apenas tinham de descarregar o texto e traduzir o mesmo. Qualquer outra indicação relevante relativa à tradução era indicada através do Skype, numa conversa com a gestora de projetos supramencionada. Após concluir as traduções estas eram colocadas, pelas tradutoras, numa outra pasta da *OneDrive*, denominada “Completos”. Estas pastas eram exclusivas para cada tradutora, no seu computador de trabalho e apenas a gestora de projetos tinha acesso a todas as pastas de todos os tradutores da empresa. Contudo, por vezes os clientes entregavam documentos em mão no escritório, o que passou a ser mais comum após algum tempo de o escritório na Portela estar aberto. Neste caso, a situação era reportada à gestora de projetos, que era informada sobre a natureza do documento e depois decidia se este podia ser feito na Portela ou se era digitalizado para outra tradutora realizar a tradução num outro escritório, consoante o volume de trabalho existente e o prazo de entrega da tradução.



Figura 1 Pastas de Trabalho da Multilingual Europe

Uma vez feitas as traduções, estas eram revistas, como mencionado acima, pela gestora ou por outras revisoras da empresa e depois entregues ao cliente. Quando relevante, era entregue o *feedback* das revisões à respetiva tradutora, sendo que quando eram ocorrências ou erros pontuais apenas se informava a respetiva tradutora através do Skype.

Desde cedo, foi perceptível que as traduções mais requisitadas eram da área jurídica, nomeadamente, todo o tipo de certificados escolares e certidões de nascimento e de residência, assim como documentos financeiros e técnicos, manuais de instruções e guias de utilização, entre outros dentro da mesma tipologia. A média de palavras, uma vez que estes documentos jurídicos eram na maioria pequenos, sendo com maior frequência apenas de uma página, foi de cerca de menos de 500 palavras, com exceção, de quando em vez, de documentos maiores, como por exemplo atas e contratos, que podiam ter uma maior dimensão, entre 6 a 14 páginas.

A fase inicial foi caracterizada pela ambientação da estagiária ao local e métodos de trabalho. Dado que os conhecimentos das áreas mencionadas acima ainda se encontravam pouco desenvolvidos, não obstante o que foi aprendido durante a fase letiva do mestrado, particularmente na disciplina de tradução do texto técnico, assim como algumas noções gerais, os primeiros trabalhos de tradução levaram mais tempo a ser realizados, comparativamente a uma fase mais avançada do estágio. Tal deveu-se, na grande maioria, ao tempo despendido com a pesquisa de terminologia.

Contudo, após algumas semanas de familiarização com o trabalho e com a terminologia mais comum, e graças ao *feedback* obtido das revisões, tornou-se viável melhorar o tempo levado a realizar os trabalhos de tradução, assim como a qualidade dos mesmos. A rapidez de execução das traduções era fundamental, uma vez que o volume de trabalho na empresa era bastante elevado e os prazos eram, na sua grande maioria, curtos, o que parece ser cada vez mais comum no presente mercado de trabalho. Ao longo do período de estágio foi possível observar o considerável número de clientes que pediam prazos muito curtos, com frequência de um dia para o outro, existindo talvez uma falta de consciência por parte dos clientes relativamente ao que engloba um projeto de tradução, aos seus requisitos e a tudo o que o projeto envolve. Para além disso, com frequência os clientes também comentavam os orçamentos das traduções, achando-os demasiado elevados, o que indica, mais uma vez, uma falta de

noção do que envolve um projeto de tradução, contribuindo para desvalorizar, em certa medida, a profissão e os próprios tradutores.

Relativamente ao ambiente de trabalho na Portela, este era bastante profissional, amigável e produtivo, sendo que quando alguma das tradutoras tinha uma dúvida havia sempre oportunidade para a expor em voz alta ao resto da equipa, que tentava da melhor forma ajudar a resolvê-la. Quando, contudo, nenhuma das pessoas presentes conseguia solucionar a questão, dirigia-se então a questão à responsável, através do Skype. Caso isso não fosse possível no momento, qualquer dúvida que permanecesse era assinalada a amarelo no texto, para a pessoa responsável pela revisão saber que essa dúvida não tinha sido ainda esclarecida.

1.2 Metodologia de Trabalho

Em relação à metodologia utilizada na atividade tradutória, a empresa não utiliza qualquer ferramenta CAT (*Computer Assisted Translation*), não possuindo, de igual forma, memórias de tradução ou glossários, o que teria sido indiscutivelmente muito útil, tendo em conta a natureza repetitiva e técnica da maioria das traduções realizadas. Esta falta foi deveras sentida, pois as ferramentas de tradução contribuem, não só para facilitar o trabalho das tradutoras, como também para aumentar a rapidez e eficácia, resultando numa maior consistência das traduções e da terminologia.

Por essa razão, e uma vez que a empresa não impedia as tradutoras de utilizar qualquer ferramenta que fosse da sua preferência, foi tomada a decisão de utilizar o *Smartcat*, uma vez que está disponível *online*, é gratuito e funciona de forma bastante adequada, não sendo necessário instalar qualquer programa no computador da empresa. O *Smartcat* é uma plataforma *online* para tradutores, tanto empresas como *freelancers*, e para clientes. Foi iniciado em 2015 e permite encontrar e contratar tradutores, gerir projetos e colaborar com outros tradutores, bem como fazer a transação de pagamentos diretamente na plataforma.

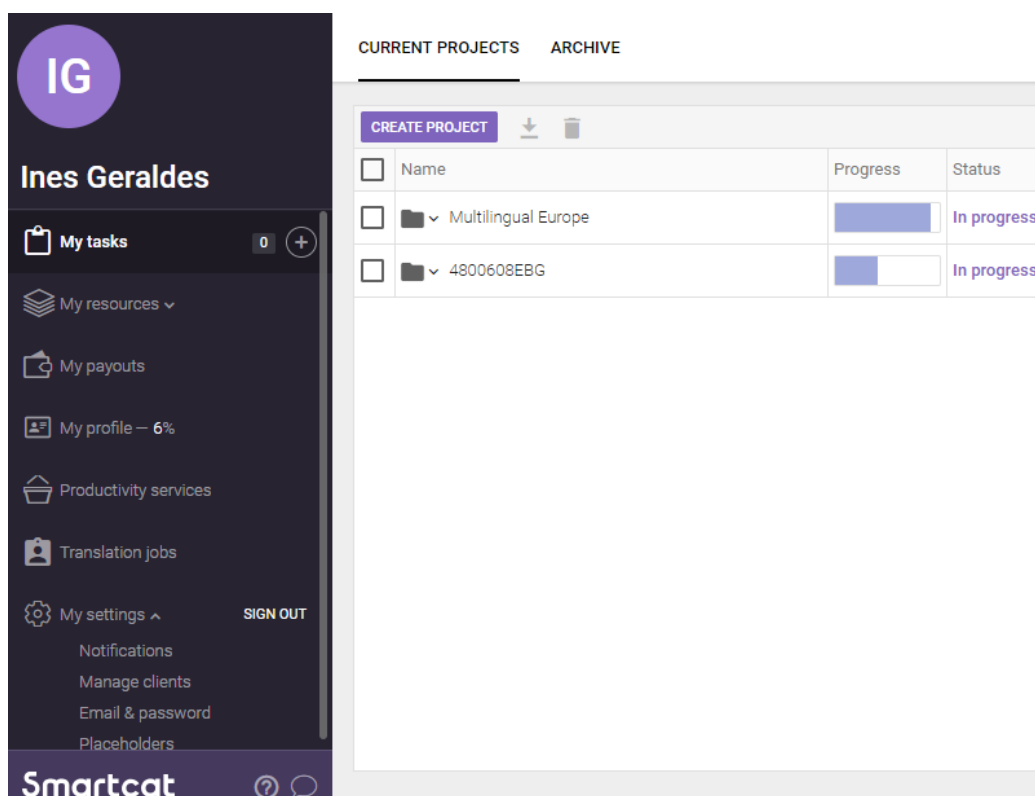


Figura 2 “Workspace” do Smartcat

Do mesmo modo, foi desenvolvido também um glossário de termos mais comuns e complexos que foram aparecendo (cf. anexo I). A empresa fornecia, contudo, alguns modelos de documentos mais frequentes, especialmente daqueles que tinham formatações complexas ou mais elaboradas, como, por exemplo, Apostilas de Haia (cf. anexo II), recibos de vencimento, certidões de nascimento, entre outros.

No que diz respeito à consulta de termos e pesquisa no geral foi maioritariamente utilizado o ProZ, o fórum *online* de tradutores *freelancers*, existente há duas décadas, desde 1999, que contém termos e até mesmo expressões completas traduzidas e acordadas por vários tradutores profissionais, e o *site Linguee*, que foi também bastante útil, pois, como é sabido, compara e alinha traduções de vários sítios. O motor de pesquisa da *Google* foi também útil para pesquisar terminologia ou qualquer outra informação presente no texto de partida, assim como o IATE (*Interactive Terminology for Europe*), especialmente para os textos jurídicos, visto se tratar de uma base de dados terminológica *online* da União Europeia, existente desde 2004.

Relativamente a estratégias de tradução utilizadas, como mencionado anteriormente e desenvolvido nos capítulos *infra*, na tradução jurídica é necessário ter

bastante cuidado e atenção relativamente ao significado do texto de partida e à terminologia utilizada, de modo a que não ocorram consequências gravosas. Por essa razão, na maioria dos casos, as traduções realizadas durante o estágio tendiam a aproximar-se do texto de partida, incluindo ao se tentar manter a formatação do texto de chegada o mais próximo possível do de partida, ao mesmo tempo que tentavam transpor de forma adequada o significado para uma língua e cultura diferentes.

2. Enquadramento Teórico

2.1 Texto Técnico

Pretende-se com esta introdução aos conceitos de texto técnico e de tradução técnica demonstrar que a frequente inclusão da tradução jurídica na tradução técnica não corresponde a uma opinião consensual. De acordo com Schubert, os textos técnicos, por norma, referem-se a produtos técnicos ou serviços, ou seja, são manuais de instruções ou manutenção, listas de peças, catálogos, etc. Contudo, Schubert afirma também que certos textos técnicos contêm características de outras áreas “vizinhas”, como da área jurídica, publicidade e ciências, entre outras (3). Por sua vez, Olohan destaca que a categorização da tradução técnica como “scientific and technical translation”, parece indicar que existe “a useful distinction to be made between ‘scientific and technical translation’, ‘commercial translation’, ‘legal translation’, etc.” (246).

Como Cavaco-Cruz explicita, não existe ainda uma definição unânime de texto técnico, ou seja, não é claro que áreas ou tipos de textos se devem incluir nessa categoria (33). O autor afirma que pode até haver uma interferência entre as várias áreas, tornando-se então ainda mais difícil considerar um documento como sendo apenas técnico, ou científico, ou jurídico, pois podem existir textos com determinadas características, como o tipo de linguagem utilizada e a terminologia, que se inserem em mais do que uma categoria (34).

Assim como Cavaco-Cruz, também Byrne afirma que existe alguma confusão relativamente ao que se considera como texto técnico, existindo, por exemplo, a conceção errada de que a tradução financeira, e a jurídica, entre outras, se incluem, ou são um subtipo de tradução técnica (3). Byrne afirma que a tradução jurídica, que frequentemente se associa ou se inclui no âmbito da tradução técnica, não se insere, de facto, dentro desta. Com efeito, o que faz um texto ser considerado técnico é o facto de abordar temas relacionados com a tecnologia e não apenas o facto de possuir terminologia especializada. Portanto, a autora pretende demonstrar que existe uma distinção entre tradução técnica e tradução especializada. Esta última pode conter terminologia específica, ou seja, os textos ou documentos podem possuir uma terminologia ou LSP (*Language for Specific Purposes*), mas isso não os torna técnicos, como é o caso de textos da área jurídica, pois, como a autora afirma “each area has its own unique characteristics, requirements and constraints” (3).

Cavaco-Cruz, no entanto, sublinha que, de acordo com as classificações da Unesco, as ciências jurídicas e o direito estão incluídos na área da Ciência e Tecnologia, o que, mais uma vez, contribui para o estatuto incerto da definição (38).

2.2 Texto Jurídico

Assim, estando identificado o texto técnico como separado do jurídico, torna-se necessário tentar definir o que é o texto jurídico. Como explicitado por Joana Forbes, os textos jurídicos são documentos com eficácia jurídica, ou seja, este tipo particular de texto é caracterizado não só pelo seu teor, como pela utilização de linguagem específica da área (27). Ou seja, o texto jurídico é “[uma] forma de comunicação escrita que estabeleça direitos, que prove vontades contratuais, que prove a prática ou a intenção de praticar crimes, que refira deveres, que aluda a autorizações” (26).

Asensio explica, por sua vez, que as traduções jurídicas servem como instrumentos legais válidos no país ou cultura de chegada (1). Normalmente, exercem funções “for the government of a country or community speaking a foreign language, often in order to certify allegations in a legal or administrative process and usually as evidence in a court case”, entre outras (3).

Asensio chama a atenção para o facto de que qualquer texto pode ser incluído na categoria de jurídico ou tradução jurídica, desde que esteja envolvido num processo legal. Segundo o autor, os textos jurídicos têm várias funções que os identificam e caracterizam, a saber: a performativa, ou seja, as frases que indicam o objetivo do documento, como por exemplo “I certify that”, presente em certificados; a referencial, ou seja, a informação que identifica o documento, como o nome da instituição de onde este provém, códigos, números, datas, etc.; a diretiva, ou apelativa, ou seja, instruções ou avisos e referências internas, ou seja, elementos de coesão textual (31). A presença destas características pode ser observada nos exemplos de documentos traduzidos *infra*, no capítulo 3. Asensio reflete igualmente sobre as condições de aceitabilidade de uma tradução, nomeadamente, uma tradução jurídica ou oficial deve ser aceite pelo recetor final, o corpo administrativo e pelo cliente e deve, também, ser fiel aos factos que transmite (41).

Asensio afirma também que os tradutores devem ser competentes nas áreas em que vão traduzir, devendo assumir as responsabilidades inerentes à sua profissão, no caso de danos ou erros com consequências legais (5). Smith, tal como Asensio, afirma

que para traduzir textos jurídicos são necessários três pré-requisitos, nomeadamente, um conhecimento básico dos sistemas legais de ambas as línguas, de partida e chegada, um certo grau de familiaridade com a terminologia e, por fim, competências no estilo de escrita jurídica na língua de chegada (181).

No entanto, Garzone parece ser mais tolerante relativamente às competências do tradutor, tendo em conta as exigências a que está sujeito e a elevada complexidade dos textos jurídicos. Segundo os argumentos apresentados pela autora, essa complexidade torna “the decoding task more arduous, but in many cases also requires real hermeneutic effort on [the translator], far beyond the scope of the ordinary decoding and interpreting required for other kinds of translations” (3). Assim, como Garzone sublinha, enquanto que os profissionais de áreas jurídicas devem, como requisito, possuir esse tipo de conhecimentos, ou hermenêutica, o tradutor, por sua vez, normalmente não os possui, pois não é um requisito da sua profissão e, portanto, está “constantly at risk of overstepping the limits of her/his professional competence” (3).

Tendo estas perspetivas em conta, é pertinente mencionar que a estagiária, pelo menos no início do estágio, não cumpria plenamente qualquer um destes pré-requisitos. Segundo a opinião de Smith, por exemplo, poder-se-ia dizer que a estagiária se encontrava mal preparada para as tarefas que iria ter de realizar, embora, ao longo do estágio e mediante a prática concreta de tradução, tenha demonstrado uma boa evolução. Ou seja, ao contrário do que Smith afirma, e com base na experiência da estagiária, pode dizer-se que é possível começar a traduzir sem possuir esses requisitos *a priori*, pois existe a possibilidade de evolução e aprendizagem, ao mesmo tempo que a dificuldade pode continuar a ser sentida, dada a natureza de tal tipo de textos. Para além disso, em casos reais, existem, ou deveriam existir, revisores e esses sim, talvez devam possuir um conhecimento mais aprofundado da área jurídica, de forma a assegurar que o produto final, ou seja, o texto de chegada, está adequado e não existem erros que possam resultar em danos para o cliente, ou terceiros.

Com efeito, como Joana Forbes salienta, a tradução jurídica pode ser realizada por qualquer tradutor, “independentemente do seu grau de especialização, pela sua apurada preocupação com detalhes lexicais e sintáticos, pela sua rapidez de execução” (88). A autora destaca também que existem provas de que o conhecimento de terminologia apenas representa uma pequena percentagem de todo o conhecimento requerido para realizar uma tradução de uma área técnica. Portanto, apenas esse

conhecimento de terminologia, juntamente com boas competências de pesquisa e um bom estilo de escrita, pode garantir uma tradução considerada de qualidade (88). No entanto, é evidente que uma formação contínua mais aprofundada por parte dos tradutores, seja em que área for, contribui de forma significativa para assegurar os melhores resultados.

Importa recorrer a argumentações complementares, conforme expressas por diversos autores responsáveis por obras que se dedicam ao texto jurídico e à sua tradução. Segundo Nida, a terminologia jurídica ou a linguagem de especialidade desta área (*Language for Specific Purposes*) baseia-se em palavras e expressões abstratas, mas que estão intimamente ligadas e relacionadas com a cultura em que se inserem, representando-a e às suas práticas, o que pode tornar a sua tradução mais complexa (27). Além disso, como afirma Nord, a tradução de textos da área jurídica tem uma função referencial, pois refere-se à cultura do texto de partida (41). De acordo com Chromá, o objetivo da tradução jurídica é fornecer ao cliente, ou recetor da mesma, a informação no texto de chegada, tão explícita e precisa quanto no texto de partida, tendo em conta a cultura e sistema diferente, complementada, se necessário com notas ou explicitações do tradutor, de modo a tornar isso possível (7).

Alcaraz e Hughes, por sua vez, sublinham a importância da tradução jurídica, ao longo dos tempos, mas especialmente nos dias de hoje, tendo em conta a crescente globalização e interação entre países e culturas, afirmando até que a tradução contribuiu para o presente nível de cooperação internacional. De facto, é cada vez mais necessário que as leis e os tratados realizados entre países ou que afetam uma comunidade de estados, estejam disponíveis nas respetivas línguas, ou seja, “legal translation is thus a basic requirement in both the public and private sectors of the international community” (s.p.).

De acordo com Šarčević, as traduções jurídicas têm autoridade legal, de acordo com a lei em vigor, ou seja, quando autenticadas, ou certificadas, valem como o texto de partida, como originais. Segundo a autora, não é apenas o tipo do texto que deve determinar a estratégia de tradução, mas também a sua função e tema (2). Contudo, a autora afirma que qualquer que seja a estratégia adotada, deve pelo menos cumprir o princípio da fidelidade ao texto de partida, recreando não só o conteúdo, mas também a forma. Šarčević clarifica, no entanto, que o conteúdo se deve sobrepor sempre à forma, existindo, contudo, diversas opiniões de vários tradutores e teóricos que divergem

quanto aos graus de literalidade requeridos (3). Garzone identifica algumas das objeções mais comuns às teorias e estratégias de tradução que se afastam do texto de partida, explicando que as críticas a abordagens funcionalistas focadas no recetor, ou na cultura e no texto de chegada, não são consideradas adequadas à linguagem jurídica, pois na tradução jurídica os textos de partida são frequentemente considerados soberanos. Segundo a autora, “the “dethronement” of the ST, [...] seems inadmissible on the perspective of legal translation where the ST is “sacred writ”” (2).

Tendo em conta as abordagens aqui referidas, torna-se difícil para os tradutores escolher apenas uma estratégia geral, ou saber exatamente qual escolher, não existindo um guia específico para a atividade tradutória. É necessário ter em conta vários fatores, para além da função do texto ou do seu propósito, tais como os aspetos comunicativos do mesmo. Recorrendo de novo a Garzone, esta autora admite a possibilidade de mais do que uma abordagem tradutória aos textos jurídicos:

[...] even in the legal field where the source text, in its meaning, its intention and its force, has to be scrupulously analysed and interpreted, in many situations more than one “translation project” is possible and the translator has to make her/his “strategic” decisions on the basis of a number of variables, thus leaving space for the application of functional criteria even in a context of absolute respect for ST meaning and values. (2)

Por fim, acrescenta-se que Šarčević afirma que existem dois tipos de recetores das traduções jurídicas, os diretos e os indiretos. Estes últimos são, normalmente, o público em geral, e os primeiros são os especialistas que interpretam, ou aplicam o texto, ou seja, as autoridades jurídicas, advogados, juízes, tribunais ou instituições (4). Como Asensio expõe, “courts are usually the administrative body that acts as the recipient of the documents”, mas também é frequente outras instituições o serem, como os Ministérios da Educação, Universidades, Segurança Social, entre outros (10).

2.3 Pragmática

A definição de pragmática, de acordo com Hatim e Munday, é “[t]he domain of intentionality or the purposes for which utterances are used in real contexts” (346). Segundo Yule, a pragmática refere-se ao estudo do significado do que é comunicado, por meio oral ou escrito, e recebido, por meio auditivo ou visual. O autor destaca quatro vertentes na pragmática, a saber: em primeiro lugar, a pragmática refere-se ao estudo do

que o falante pretende comunicar; em segundo, refere-se ao estudo do significado contextual; em terceiro, ao estudo do que é comunicado para além do que é dito; e em quarto, ao estudo da expressão da distância entre os interlocutores. Ou seja, a pragmática é “the study of the relationships between linguistic forms and the users of those forms” (3-4). Uma vez que os falantes de uma língua, por norma, fazem parte de um grupo ou comunidade linguística, existe alguma regularidade na forma como se comportam, portanto, partilham conhecimentos não-linguísticos que lhes permitem compreender os aspetos pragmáticos presentes em situações comunicativas, ou seja, o que não é dito, o que depende do contexto (5).

Ao destacar os utilizadores e a sua utilização da linguagem em contexto, a pragmática incide sobre as várias formas de construção de significado, sobretudo através de deícticos, referência, inferência, relevância e atos ilocutórios (Verschueren 18-25, Huang 100-104, 132-143). Contudo, tendo em conta o âmbito deste relatório, a análise pretende focar-se nas formas que se podem encontrar na linguagem ou nos textos de natureza jurídica e no modo como podem ser consideradas na tradução.

Numa perspetiva pragmática, os atos ilocutórios são os enunciados, quer falados, quer escritos, que envolvem ou resultam numa ação. Assim sendo, os atos ilocutórios que se observam com frequência em textos jurídicos são os declarativos, tais como “I now pronounce you”, “I hereby certify”, “Declaro que”. Importa sublinhar que, segundo Yule, “[i]n using a declaration, the speaker changes the world via words” (53). Tal ocorre devido à autoridade ou cargo institucional do falante, ou locutor, ou de quem escreve, produz ou emite tais declarações dentro de um contexto, visto que “the speaker has to have a special institutional role, in a specific context, in order to perform a declaration appropriately” (53), que é o caso das traduções jurídicas certificadas.

Outro exemplo da pragmática em textos jurídicos pode ser observado no tipo de linguagem característica dos mesmos, que, como Yule refere, é um exemplo da “distance politeness” (107), ou seja, uma forma de comunicar que evita conflitos e facilita a interação, ao utilizar expressões e formas que reduzem o envolvimento pessoal do falante, tais como formas passivas de verbos e formas impessoais. Estes tipos de expressões estão presentes na linguagem burocrática, oficial, política e formal, pois têm uma maior distância emocional, como se verifica em situações nas quais, como Yule afirma, “[the speaker] has chosen deliberately Latinate words from a sector of the vocabulary not rich in connotations, so as to lessen the danger of collision” (107).

No que diz respeito ao contexto tradutório, importa recorrer à definição de tradução pragmática de Olohan, inicialmente apresentada por Casagrande (1954), e cujo objetivo é “to translate a message as efficiently and as accurately as possible and where the emphasis is on the content of the message as opposed to its aesthetic or literary form” (246). Assim, foi possível verificar na prática da tradução que era indispensável tentar atender ao facto de que existem diferenças provenientes de sistemas jurídicos de cada cultura e que certas expressões necessitavam de ser domesticadas, o que vai ao encontro do que foi proposto por Vermeer. Em consonância com as teorias funcionalistas (Munday 113-140), um contrato pode ser traduzido de formas diferentes, consoante a sua função prevista (*skopos*) ou o objetivo que esse documento vai cumprir na cultura de chegada. Portando, pode-se adotar uma abordagem orientada para a língua e a cultura de chegada, ou para a de partida. Se o contrato se destinar apenas para consulta, ou como prova em tribunal, pode-se adotar uma estratégia orientada para a língua de partida, por outro lado, se se pretende que o documento tenha validade jurídica e seja utilizado para impôr ou estabelecer regras ou condições, deve-se adotar uma estratégia orientada para a língua de chegada (34).

Acrescente-se que, ao abordar a tradução jurídica no contexto pragmático da equivalência perlocutória, Hickey defende que os textos jurídicos, por estarem muito orientados para a cultura de partida, devem ser traduzidos, mas permanecerem marcados na cultura de chegada como sendo traduções, “so that the reader may seek legal advice or explanations exactly as he would if confronted by a technical text in his own language” (226). É certo que, como Smith observa, “[t]ranslation problems surface as a result of different legal histories and varying legal cultures” (181), ou seja, a tradução de documentação jurídica torna-se bastante complexa quando se está a lidar com sistemas jurídicos diferentes, que possuem conceitos diferentes, sem equivalentes diretos, como é o caso do sistema português e do inglês. Tendo isto em conta, as principais dificuldades encontradas foram indiscutivelmente a terminologia jurídica e as construções frásicas características da área, sendo que, como se refere no capítulo 2.2, a linguagem jurídica é considerada uma LSP (*Language for Specific Purposes*).

É importante notar que um dos objetivos deste relatório, para além de relatar o que se passou durante o estágio, é tentar abordar, identificar e comprovar a finalidade ou função pragmática da tradução jurídica. Esse objetivo revelou-se particularmente relevante, visto que a tradução de certidões de nascimento, casamento e de residência,

assim como certificados académicos, foi muito comum ao longo do estágio, tanto de inglês para português, ou seja, de estrangeiros que imigraram para Portugal, como vice-versa, do e para o Reino Unido e Estados Unidos, bem como de outros países de língua inglesa, como a Índia, entre outros.

Sendo assim, é de destacar a argumentação de Garzone, uma vez que a autora afirma que os textos jurídicos têm uma função pragmática evidente, relacionada com o seu carácter performativo, ou seja, a sua capacidade de ter validade jurídica (4). Esta constatação é importante, pois estas traduções são, geralmente, requisitadas por pessoas que necessitam de um comprovativo da sua nacionalidade ou da sua qualificação, sendo estes documentos indispensáveis para viverem nesse determinado país de destino, o que não poderiam fazer sem esta prestação de serviços por parte de um tradutor, o que torna a tradução uma grande responsabilidade para o mesmo. Por esta razão, a autora salienta a problemática de encontrar as melhores, ou mais adequadas estratégias de tradução para os textos de natureza jurídica, sendo esta uma área bastante complexa e sensível, e destaca a importância da pragmática na escolha da estratégia mais adequada (4). Na verdade, segundo Garzone, o carácter pragmático dos textos jurídicos, ou seja, a sua efetividade ou consequências legais, servem para explicar a razão pela qual as estratégias de tradução mais comuns “have historically been focused mainly on the preservation of the letter rather than on the effective rendering in the target language” (4).

Adicionalmente, Stolze salienta a dimensão pragmática relacionada com os aspetos culturais presentes, implícita ou explicitamente, em todos os textos, em especial, nos de natureza jurídica, visto que as sociedades não têm todas a mesma forma de organização (133). Para além disso, o autor destaca que, ao contrário de textos técnicos, como manuais de instruções, que podem ser mais facilmente domesticados, a tradução de documentos jurídicos está sujeita a uma maior restrição ou “formal preservation” (140).

3. Traduções Realizadas — estudos de caso e análise crítica

Como foi mencionado, a maioria das traduções realizadas foram da área técnica e jurídica. No entanto, tendo em vista o âmbito deste relatório, a análise vai focar-se na tradução jurídica, uma vez que foi a mais requisitada e urgente e, como se pretende demonstrar no presente relatório, correspondeu às expectativas da estagiária na confirmação de uma dimensão pragmática. De certo modo, todas as traduções têm uma finalidade prática, contudo, mais do que uma função emotiva e informativa, como sucede no caso da tradução literária e da tradução técnica em geral, a tradução jurídica tem a capacidade de poder afetar, de forma bastante significativa, não só a vida dos utilizadores das traduções, mas também das pessoas que solicitam as mesmas. Por essa razão, traduções erradas ou inadequadas podem ter consequências graves. O próprio tradutor não fica indiferente ao peso da sua responsabilidade no exercício da justiça, sobretudo num contexto de serviços sociais e jurídicos, como é mencionado por Reynolds (78, 80-81), o que torna a tradução jurídica um objeto de análise muito pertinente.

Abaixo encontra-se uma lista de exemplos de traduções mais frequentemente realizadas e mais relevantes para este relatório.

Tabela N.º 1:

Tipo de documento	Nº de palavras	Par de Línguas
“Letter of Confirmation”	416	EN-PT
“Marriage Certificate”	467	EN-PT
“Basic Disclosure”	166	EN-PT
“Police Certificate”	160	EN-PT
“Student Report”	1266	EN-PT
“Legal Warning of Payment”	724	EN-PT
“Criminal Sentence Appeal”	2555	EN-PT
“Diploma”	160	EN-PT

“Birth Certificate and Vaccine Report”	2300	EN-PT
“Apostille”	413	EN-PT
“Shareholder Agreement”	7721	EN-PT
“Certificado de Conclusão de Curso”	419	PT-EN
“Certidão Académica”	470	PT-EN
“Assento de Casamento”	394	PT-EN
“Certidão de Nascimento”	326	PT-EN
“Atestado Médico”	183	PT-EN
“Extrato de Classificações”	376	PT-EN
“Ato Notarial”	1476	PT-EN
“Certificado de Qualificações”	2300	PT-EN
“Certificado de Trabalho”	419	PT-EN
“Certificado de Conclusão”	370	PT-EN
“Certificado de Equivalência”	117	PT-EN
Certificado de Qualificações	457	DE-PT
Contrato de Divórcio	365	DE-PT
Contrato de Trabalho	741	DE-PT

Como foi referido, este tipo de documentos tem uma vertente pragmática ou funcional, tendo em conta o seu recetor e objetivo final. Ou seja, a maioria destes documentos tem como propósito concreto permitir ao cliente obter algum tipo de serviço, ou resultado prático no mundo real, tal como permissão para residir num outro

país, ou candidatura a uma instituição de ensino, ou como prova de identidade ou de estado civil, entre outros. Estas traduções tanto podem servir como complemento ou apoio ao documento de partida, emitido por uma instituição oficial e apenas válido quando emitido pela mesma e, nesse caso, não têm validade jurídica, como também, após certificadas, podem substituir o texto de partida, assumindo efeitos legais. Segundo Sager, de acordo com o princípio de equivalência jurídica, a tradução tem como objetivo a correspondência não só do conteúdo do texto de partida e do texto de chegada, mas também dos seus efeitos jurídicos (180).

Como se pode observar na lista acima, a maior parte das traduções realizadas foram traduções jurídicas, certificadas, a maioria relativamente curtas, em média de uma a duas páginas. Este tipo de documentos em questão, por norma, têm um tipo de formatação específico ou característico, como salienta Asensio: “[f]ormat (or layout) is one of the elements that help transmit the global meaning of a text” (65). Contudo, parece não existir consenso quanto à forma como se deve realizar, se igual ao texto de partida ou adaptado à cultura de chegada. Segundo o mesmo autor, “[t]he expected format for a certain text may be imposed either by law [...] or by custom (as in most cases). In the latter case, formats are not an absolute norm and a large degree of variation is permitted” (65). No contexto da pragmática, Hatim afirma que, segundo a teoria da relevância, “the translator needs to [...] reproduce exactly not only what is said, but also how it is said, not only the content but also the style” (208). Tendo estas observações em conta, o costume da empresa era utilizar o formato mais parecido possível ao texto de partida.

No geral, está estabelecido que assinaturas e carimbos, ou quaisquer outras marcas presentes no documento de partida, devem ser indicadas no texto de chegada, mas não necessariamente traduzidas. Assim por norma, os carimbos ou selos, bem como as assinaturas devem surgir entre parênteses retos, ou duas barras, que servem também para identificar tudo o que foi adicionado pelo tradutor, ou seja [assinatura] ou //assinatura//.

No caso de documentos mais longos, como contratos, foi utilizado o *Smartcat*, de forma a tirar proveito da memória de tradução, para um trabalho mais rápido e consistente. Contudo, após completar a tradução no *Smartcat*, esta era sempre, logo de seguida, aberta no *Word*, de modo a dar uma revisão final e acertar a formatação. Por

outro lado, as traduções de menor dimensão, na maior parte dos casos, foram realizadas utilizando o *Microsoft Word*.

A tradução de textos jurídicos pode ser particularmente desafiante, uma vez que a linguagem jurídica, tanto em inglês, como em português, é particularmente complexa, como tem sido argumentado ao longo do presente relatório e em consonância com o ponto de vista de Alcaraz e Hughes, quando afirmam: “[t]he technicalities of legal vocabulary present a serious challenge to the translator or interpreter, while the tortuous syntax and the antiquated diction favoured by many lawyers are equally baffling to those unfamiliar with forensic method” (s.p.). De acordo com os autores, o discurso jurídico inglês inclui uma série de características ou fatores que dificultam a sua compreensão e tradução, a saber: a presença de latinismos, ou seja, palavras provenientes do latim devido à evolução do direito inglês desde a Idade Média e que continuam presentes até hoje, como, por exemplo, *bona fide* (boa fé), *post mortem* (após a morte), *per capita* (por pessoa); termos de origem francesa e normanda como, por exemplo, *force majeure* (força maior), *on parole* (liberdade condicional), *damage* (danos); registo formal e dicção arcaica, resultando na preservação de termos antigos que caíram em desuso na linguagem quotidiana e por isso estão menos sujeitos a alterações semânticas e formas de tratamento e cortesia; advérbios e frases preposicionais arcaicas, tais como os advérbios com base nos deíticos “here”, “there” e “where”, como *hereinafter* (doravante), *thereby* (deste modo), *wherefore* (pelo que) e as frases preposicionais como *persuant to* (em conformidade), *notwithstanding* (não obstante), etc.; redundância, por meio de “doublets” e “triplets”, tais como *able and willing* (capaz), *terms and conditions* (termos), *cancel, annul and set aside* (cancelar), *possession, custody and control* (posse); verbos performativos, tais como *agree* (acordar), *admit* (admitir), *certify* (certificar), *promise* (prometer), *pronounce* (promunciar), *uphold* (manter), entre outros; e, por fim, eufemismos e coloquialismos (s.p.). Em português também se observam algumas destas características, o que de certo modo pode ajudar na tradução. Contudo, nem todas as características são transversais. Ao contrário dos latinismos, que ocorrem com elevada frequência, a redundância, ou seja, os “doublets” e “triplets”, regra geral, não são tão comuns na linguagem jurídica portuguesa e na tradução é frequente optar-se por condensar o significado numa só palavra. Contudo há que atender que, por vezes, mesmo em português, os “doublets” ou “triplets” podem não ser redundantes e, na prática, pode ser necessário mantê-los, de

modo a obter a tradução mais adequada e pragmática. Algumas destas características podem ser observadas nos exemplos fornecidos nos capítulos seguintes.

Como foi acima mencionado, no capítulo 2.2, a linguagem jurídica, devido às suas características, provou ser, de facto, uma das maiores dificuldades e desafios encontrados ao longo do estágio. De seguida, pretende-se ilustrar algumas das problemáticas encontradas e como foram solucionadas, apesar de as dificuldades e obstáculos presentes na tradução jurídica serem muitos e de variada complexidade.

3.1. Terminologia específica, designação de instituições e siglas

A linguagem ou discurso jurídico é, evidentemente, influenciado em grande medida pela cultura em que se insere e onde é produzido. O facto de existirem sistemas jurídicos diferentes contribui para a grande variedade de conceitos e particularidades existentes em cada linguagem jurídica, tornando a tarefa de tradução particularmente complexa, ao sugerirem, como Garzone refere, “some degree of incommensurability between texts produced within the framework of common law and civil law systems” (3), que é o caso entre o sistema português e o inglês.

Assim, uma das questões ao nível da terminologia verificou-se, por exemplo, na tradução de registos criminais, documentos que foram trabalhados com alguma frequência e que exemplificam a responsabilidade inerente ao cunho de privacidade e confidencialidade. A dúvida mais imediata refere-se à própria designação do documento, uma vez que divergia consoante o seu país de origem. Ou seja, um registo criminal da Escócia surgia intitulado como “Basic Disclosure”, com o subtítulo “Criminal Conviction Certificate”. Com base no que foi exposto no capítulo *supra*, referente ao texto jurídico, pressupõe-se que a abordagem mais comum seria a tradução literal. Contudo, é necessário ter em conta abordagens pragmáticas, adequadas ao contexto e que transponham o texto da melhor forma para a língua de chegada. Adicionalmente, de acordo com Nord, os tradutores devem escolher estratégias adequadas ao propósito da tradução (*skopos*) na cultura de chegada: “the skopos of a particular translation task may require a ‘free’ or a ‘faithful’ translation, or anything in between these two extremes, depending on the purpose for which the translation is needed” (*Functionalist Approaches Explained* 29). Assim, uma vez que em Portugal é costume o seu título ser apenas “Registo Criminal”, uma tradução literal como “divulgação básica”, ou “certificado de condenações penais” seria certamente

inadequada e talvez até difícil de decifrar. Portanto, optou-se pela estratégia da domesticação, sendo a forma mais direta e clara de nomear tal documento, independentemente do seu título na língua de partida, mantendo, contudo, o logotipo da instituição, e indicando claramente a sua origem, ou cultura de partida, a saber, “Disclosure Scotland”. Por outro lado, outro documento da mesma natureza, mas proveniente do Reino Unido, intitulava-se “police certificate”, mas, seguindo a mesma estratégia, não se traduziu por “certificado policial”, mas por “registo criminal” (cf. anexo III).

A tradução de designações de instituições oficiais, neste caso as que emitiram os documentos a serem traduzidos, também levantou algumas dúvidas, pois tanto existem equivalentes em português, como não, dependendo dos casos. Como por exemplo, a “Universidade NOVA de Lisboa”, tem a designação oficial em inglês “NOVA University of Lisbon” e não “New University of Lisbon” (cf. anexo V), de modo a evitar ser confundida com a “University of Lisbon” (a Universidade “Clássica” de Lisboa). Contudo, quando não existia uma instituição com exatamente as mesmas características, foi necessária uma pesquisa relativamente extensa para perceber o que realmente fazem essas instituições e qual seria o termo adequado para as traduzir, ou se não deveriam ser traduzidas de todo.

Foi o que sucedeu com a tradução das instituições “Office of the City Clerk”, “Registry of Births Deaths & Marriages” e “Civil Registration” que, de forma semelhante aos registos criminais, tinham designações diferentes consoante o local de origem do documento. Neste caso, foram traduzidas por “Conservatória de Registo Civil”, pois parece ser este o equivalente na língua de chegada. Caso fosse necessário traduzir o termo “conservatória” para inglês, e uma vez que em inglês existem várias designações, teria de ser tido em conta qual o país de destino do texto de chegada, de forma a escolher o termo adequado.

Abaixo pode observar-se uma tabela do par de línguas PT-EN com alguns termos que causaram dúvidas, a sua tradução e respetiva correção.

Tabela N.º 2:

Texto de Partida	Texto de Chegada	Revisão
------------------	------------------	---------

“Grau de Licenciado”	“Bachelor’s Degree”	“Licentiate Degree”
“1º Ciclo”	“Bachelor”	“1st Cycle”
“sociedade por quotas”	“limited company”	“private limited company” ou “limited liability company”
“Informant”	“Informador”	“Declarante”
“Registrar”	“Agente de registo”	“Conservador”
“no trace”	“não há registos”	“nada consta”
“lessee”	“arrendatário”	“locatário”

A tradução dos graus de qualificação causou alguma dificuldade devido aos diferentes sistemas educativos e designações entre países. Ou seja, no exemplo acima, o termo “licenciatura” ou “grau de licenciado”, nem sempre é equivalente a um “Bachelor’s Degree”, pois este último pode ter uma duração de quatro anos, como é o caso nos Estados Unidos, enquanto que a licenciatura em Portugal tem uma duração de três anos. Por essa razão, após alguma pesquisa no ProZ e, de acordo com o costume da empresa, optou-se por traduzir por “Licentiate degree”, relativamente a documentos provenientes dos Estados Unidos. Com efeito, apesar de não ser tão comum na língua de chegada, pretende evitar a indução do recetor da tradução em erro, pois este pode assumir que se trata de uma qualificação superior àquela em questão, ou seja, equivalente a quatro anos e não a três (cf. anexo V). De notar que a cultura de chegada do documento em questão deve ser tida em conta, de modo a melhor determinar qual o termo mais adequado a utilizar e que, por vezes, a estratégia mais adequada será a mais pragmática, ou seja, manter “Bachelor’s Degree”, (ou *Bachelor of Arts (B.A.)*; *Bachelor of Science (B.S.)*; *Bachelor of Fine Arts (BFA)*; ou *Bachelor of Applied Science (BAS)*, dependendo da área em questão) e incluir uma nota relativa às especificidades do grau, como a sua duração.

Adicionalmente, a designação “sociedade por quotas” causou alguma confusão, uma vez que existem várias designações para empresas na língua de chegada, como “limited company”, “limited liability company”, “public limited company”, “private limited company”, que correm o risco de serem consideradas sinónimas por serem tão parecidas. Na realidade, estas têm características próprias, que traduzidas de forma errada podem também induzir o recetor em erro relativamente à forma como a empresa é gerida, quais as suas funções e o seu poder jurídico e outros aspetos que a caracterizam. Para além disso, mais uma vez, se verifica uma diferença entre a designação em inglês americano (“limited liability company”) e em inglês britânico (“private limited company” ou “joint-stock company”), reforçando a importância de uma abordagem pragmática à tradução deste tipo de termos, uma vez que uma tradução errada pode ter graves consequências.

No caso de “informant” e “registrar”, são questões em que a tradução literal parece ser a mais direta e simples, no entanto, na língua de chegada não se utiliza a tradução literal, a saber, “informador” e “registador”, mas “declarante” e “conservador”. Por outro lado, a tradução de “arrendatário” para “lessee” não se adequava ao contexto, uma vez que se referia a um barco e não a um bem imóvel, portanto foi substituído por “locatário”.

Quanto às siglas, estas, quando surgiram, foram, normalmente, traduzidas de forma explícita, ou seja, por extenso, uma vez que se fossem mantidas como siglas, ou sem qualquer nota explicativa seriam, na maioria dos casos, incompreensíveis para o recetor podendo até, em certos casos, interferir na compreensão do resto do documento. Como por exemplo HMRC (*Her Majesty's Revenue and Customs*) por “Contribuições e Impostos de Sua Majestade”. Em português, siglas como a “DGES” (Direção-Geral de Ensino Superior) foi traduzida e deixada por extenso também, a saber, “Directorate General for Higher Education” e, do mesmo modo, “DR” (Diário da República), foi traduzido por “Official Gazette”.

3.2. Expressões fixas ou fórmulas

Os documentos jurídicos, particularmente os certificados, incluem expressões específicas que os caracterizam. Estas são, por norma, adaptadas à cultura e língua de partida, o que pode tornar a sua tradução mais problemática. No entanto, muitas são já bastante comuns, pelo que é frequente existir algum tipo de expressão semelhante ou

com a mesma função na língua de chegada. Para este propósito, os fóruns de tradutores, como o ProZ, são plataformas úteis para descobrir qual a melhor expressão a utilizar, caso o tradutor não esteja familiarizado com a linguagem específica da área. Como Garzone descreve, “legal writing is typically ritualistic and archaic, being subject to very strict stylistic conventions in terms of register and diction as well as highly codified genre structures” (3).

Existem certas expressões que são frequentes no discurso jurídico, ou certo tipo de formulações que, pela sua estrutura sintática, são normalmente associadas a este tipo de texto, “with systematic resort to standardized forms, often archaic and uncommon in ordinary text practice, stock phrases, rigid collocations” (Garzone, 3). Esta particularidade é considerada um dos desafios à tradução, pois, como Baker (63) e Hatim-Mason (190) referem, estas “frases feitas” ou padrões apenas podem ser traduzidos utilizando fórmulas paralelas na língua de chegada. Contudo, o tipo de documentos em questão, neste caso, certificados ou declarações, geralmente têm uma estrutura e formatação semelhante, independentemente da instituição que os emitiu e com frequência análoga entre línguas, contendo o mesmo tipo de expressões fixas ou formais, como se pode observar nos casos abaixo.

Um exemplo frequente em cartas oficiais ou certificados é a expressão “To whom it may concern”, uma forma de tratamento bastante comum em inglês, mas que não tem equivalente paralelo ou direto em português, ou seja, não se utiliza, por norma, a expressão “a quem possa interessar”, mas apenas “Declaração”, ou no caso de cartas oficiais “Exmo.(a/s) Senhores(a/as)”.

Adicionalmente, a expressão “This is to certify that”, que ocorre no início de certificados, serve para anunciar o propósito do documento, também se verifica em português através da expressão equivalente “certifica-se que”, ou “[nome] certifica que”. Como foi mencionado no capítulo 2.3, esta expressão representa, segundo Yule, um ato ilocutório declarativo.

De modo semelhante, “In witness whereof” é outra expressão bastante comum no final do mesmo tipo de documentos oficiais, para testemunhar ou comprovar a sua veracidade (cf. anexo IV). Em português, a expressão que se encontra nestes documentos com o mesmo propósito e, portanto, mais adequada é “Por ser verdade”, como se pode ver nos exemplos na tabela abaixo. O primeiro exemplo, em inglês, foi

retirado de uma certidão de casamento dos Estados Unidos e o segundo exemplo, em português, provém de uma Certidão de Conclusão de Curso de uma escola portuguesa.

Verifica-se também, em ambos os exemplos acima, a presença do que Alcaraz e Hughes classificaram como verbos performativos, neste caso “certify” e advérbios compostos por deíticos, neste caso “whereof”. No exemplo abaixo é possível observar a ocorrência também do advérbio “hereunto”.

Tabela N.º 3:

Texto de Partida	Texto de Chegada
“In witness whereof, I have hereunto set my hand and my official seal”	“Por ser verdade, subscrevi e apus o meu selo oficial”
“Por ser verdade e ter sido pedida, é passada a presente certidão...”	“In witness whereof, and as requested, this certificate is issued...”

Mais exemplos de expressões comuns nestes documentos são enumerados abaixo. Neste caso, observaram-se mais ocorrências deste fenómeno em textos cuja língua de partida era o português, o que ilustra que em Portugal também se utiliza frequentemente este tipo de expressões, em particular em certificados e declarações.

Tabela N.º 4:

Texto de Partida	Texto de Chegada
“Em vista dos arquivos”	“According to the records”
“por competência própria”	“acting on (her) own authority”
“Sem outro assunto de momento”	“Without further matter”
“o presente documento está conforme o	“this document is a full, true and correct

original”	copy of the original”
“for the best of [confidencial] knowledge and belief”	“em conformidade com o conhecimento e consciência de [confidencial]”

3.3. Ocorrência de frases longas e complexas

Como referido anteriormente, o discurso jurídico é característico pela sua complexidade, contudo, esta não se limita ao nível da terminologia especializada, mas da inserção desta em construções frásicas longas, por vezes confusas, como afirma Garzone (3):

[...] the information borne by each sentence is extremely heavy, thus giving rise to remarkable sentence length, as well as to very complex syntax, with a high incidence of embedded clauses, a high level of hypotaxis, frequent resort to left-branching subordinate clauses recurrence of syntactic discontinuities.

Abaixo apontam-se alguns exemplos de frases deste tipo, retirados, na maioria, de contratos ou de sentenças de tribunal.

Exemplo de EN-PT n.º 1:

TP	“the undersigned will take action without further delay before the competent jurisdictions, to obtain the issue of any appropriate judicial orders, including seizure orders, for the full recovery of [confidencial] credit towards you, plus legal fees.”
TC	“o signatário irá tomar medidas sem mais demoras perante as jurisdições competentes, para obter a emissão de qualquer ordem judicial adequada, incluindo ordens de apreensão, para a recuperação total do crédito de [confidencial] para convosco, para além de despesas jurídicas.”

Exemplo de EN-PT n.º 2:

TP	“the property in the agreement is not encumbered with rights, debts, or third-party claims, including mortgages, easements or usufruct or pre-emption rights”
TC	“a propriedade no contrato não está sobrecarregada com direitos, dívidas, ou reclamações de terceiros, incluindo hipotecas, servidões, ou usufruto ou direitos de preferência”

Como se pode verificar em ambos os casos, na terminologia jurídica é clara a predominância de latinismose palavras de origem do francês antigo, como “easement”, “usufruct”, “mortgage”, e termos como “pre-emption rights” e “seizure”, para além de verbos como “encumbered” ou *phrasal verbs* como “take action”. Tal representa, para quem não tem familiaridade com os mesmos, um obstáculo imediato à compreensão, o que resulta na necessidade de pesquisar todos os termos, o que acaba por levar bastante tempo, não esquecendo, ainda, de atender ao contexto em que os mesmos se inserem, dada a possibilidade de polissemia ou sinonímia. Adicionalmente, a própria extensão das frases muitas vezes contribui para dificultar a sua compreensão e subsequente tradução. De notar ainda que no exemplo n.º 1, para uma tradução mais adequada em português deveria estar “irá agir legalmente”, no lugar de “irá tomar medidas”, uma vez que esta é expressão a utilizada na linguagem especializada. E no exemplo n.º 2, em vez de “sobrecarregada” devia estar “onerada”.

Exemplo de PT-EN n.º 1:

TP	“De novo, a fixação do Tribunal Arbitral na ideia errada de que competia à [confidencial] a prova do incumprimento grosseiramente negligente das [confidencial] levou-o a exonerar-las, dispensando-as do ónus que o nosso Direito lhes impõe”
TC	“Again, the settlement of the Arbitration Tribunal in the misconception that it was up to [confidencial] to prove the grossly negligent non-compliance of the [confidencial], led it to discharge them, freeing them of the burden that our

	Law grants onto them.”
--	------------------------

Exemplo de PT-EN nº 2:

TP	“O presente aditamento ao contrato é feito em quadruplicado, convencionando os contraentes atribuir a cada exemplar o valor de original para todos os legais efeitos probatórios e ao de exibição em juízo”
TC	“This addendum to the contract is made in quadruplicate, the parties agreeing to assign to each copy the value of the original for all legal purposes of evidence and to display them in the court”

Como se pode observar nos exemplos acima, estes casos verificam-se tanto em português como em inglês. No entanto, se estes constituem um desafio quando se trata de os traduzir para a língua materna, o oposto torna-se um desafio ainda maior, pois se já existe uma dificuldade em compreender o termo na própria língua materna, mais problemático se torna encontrar o seu equivalente numa outra língua.

Nestes dois exemplos está presente, mais uma vez, uma considerável quantidade de terminologia, como “incumprimento”, “ônus”, “aditamento”, “probatórios”, “exibição em juízo” incluindo formas verbais como “exonerá-las”, resultando, mais uma vez, na necessidade de uma pesquisa exaustiva de todos os termos e do seu contexto. Para além disso, não só a longa extensão das frases, mas também a utilização frequente da voz passiva em português, contribuem para dificultar a sua compreensão e tradução.

Em suma, os estudos de caso acima apresentados e a respectiva análise crítica parecem comprovar o que Alcaraz e Hughes sugeriram: “Translators can operate half-intuitively on the basis of pragmatic expectations as to the likely function and meaning of the text” (s.p.).

CONCLUSÃO

O presente relatório constituiu uma oportunidade para rever e analisar o trabalho realizado durante o estágio curricular na empresa Multilingual Europe, assim como para abordar a área da tradução jurídica de uma forma mais detalhada. Como tal, serviu-se não só dos resultados do estágio, mas do que foi apreendido e assimilado durante a parte letiva do mestrado.

Tanto o estágio como o subsequente relatório contribuíram, de forma substancial, para adquirir mais conhecimentos e metodologias sobre tradução, no geral, e sobre a área jurídica, em particular, assim como para expandir horizontes e, no caso da estagiária em particular, sair da sua zona de conforto, o que o tornou extremamente produtivo e enriquecedor. Deste modo, resultou na evolução do conhecimento ao nível de temas, assuntos, vocabulário, práticas de tradução e métodos de trabalho que, de outro modo, não teriam sido adquiridos.

Durante o estágio, a existência de memórias de tradução e de um glossário ao início teria, sem sombra de dúvidas, facilitado o trabalho da estagiária, assim como aumentado a rapidez de todo o processo de tradução. Apesar de tudo, a ferramenta de tradução disponível, o *Smartcat*, não foi utilizada com tanta frequência como seria de esperar, uma vez que a sua utilização só foi considerada relevante em documentos de maior dimensão, sendo que nesses casos foi bastante útil e indispensável, contribuindo de facto para otimizar o tempo de execução e a concordância de terminologia. Não obstante, existiam, de facto, alguns modelos de determinados documentos que a gestora de projetos forneceu para apoio, que provaram ser bastante úteis, não só pela terminologia neles contida, mas também pela formatação. Ou seja, essas dificuldades iniciais rapidamente foram superadas e houve uma adaptação natural da estagiária ao local de trabalho e aos métodos utilizados no mesmo. Contudo, tornou-se evidente a necessidade de uma formação mais aprofundada e contínua na área jurídica de forma a assegurar os melhores resultados.

No geral, o estágio proporcionou uma noção mais realista do mercado de trabalho atual, do funcionamento de uma empresa de tradução e da procura existente, uma vez que a empresa se dispunha a fazer todo o tipo de traduções, mas claramente a técnico-jurídica foi a mais requisitada e, por isso, a que foi abordada no presente relatório.

A realização deste relatório permitiu alargar a perceção da importância do trabalho levado a cabo ao longo do estágio, conotando-o com uma perspetiva crítica e reflexiva, focando-se em casos que suscitaram mais dificuldades ou que se observaram com maior frequência. Contribuiu também para explicitar problemáticas da tradução técnico-jurídica e abordar as suas implicações, ao tentar evidenciar a dimensão pragmática da mesma. Com efeito, a análise procurou destacar a pertinência de estratégias pragmáticas, em primeiro lugar, na identificação e compreensão de um texto e, em segundo lugar, na tradução de um texto de natureza jurídica, ao utilizar estratégias, tais como, a adaptação, a explicitação, a domesticação e a tradução literal, como foi ilustrado nos capítulos finais deste relatório. Do mesmo modo, pretendeu salientar a finalidade pragmática da tradução de textos jurídicos, uma vez que os mesmos, como foi referido ao longo do relatório, têm geralmente como objetivo obter algum tipo de serviço ou resultado prático em situações do mundo real, tal como a permissão de residência ou empregabilidade de um indivíduo num outro país, a candidatura a uma instituição de ensino, a defesa em tribunal, ou a prestação de prova de identidade. A tradução destes documentos é, portanto, indispensável nos dias de hoje, marcados pela globalização, e é necessário atender, como em qualquer outra tradução, aos aspetos culturais que contextualizam cada texto e condicionam a sua tradução.

Em suma, o presente relatório procurou evidenciar, em consonância com os objetivos traçados inicialmente, a complementaridade do que foi aprendido e aperfeiçoado durante a fase letiva do mestrado com os novos conhecimentos e aplicações práticas adquiridas e desenvolvidas durante o estágio. Deste modo, a análise facultou a oportunidade de verificar como a introdução teórica das áreas mais abordadas durante o estágio serviu para, posteriormente, fundamentar e apoiar a fase prática de tradução propriamente dita. Ambas as vertentes foram, portanto, muito úteis e enriquecedoras para o trabalho aqui apresentado e que se espera poder representar mais um contributo para os Estudos de Tradução em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Alcaraz, Enrique e Brian Hughes. *Legal Translation Explained*. Routledge: St Jerome, 2014.
- Andrade, Maria Paula Gouveia. *Dicionário Jurídico Português-Inglês / Inglês-Português*. Lisboa: Quid Iuris, 2003.
- Asensio, Roberto Mayoral. *Translating Official Documents*. Manchester: St Jerome, 2003.
- Baker, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. London: Routledge, 1992.
- Baker, Mona e Gabriela Saldanha. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 2009.
- Byrne, Jody. *Technical Translation: Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Dordrecht: Springer, 2006.
- Cavaco-Cruz, Luís. *Manual Prático e Fundamental de Tradução Técnica*. Independence, MO: Arkonte Publishing, 2012.
- . “Da Tradução Técnica e do Texto Técnico”. *Tradução, Transcrição, Transculturalidade*. Coord. Maria Clotilde Almeida, Luís Cavaco-Cruz e Iolanda Ramos. Independence, MO: Arkonte Publishing, 2016, pp. 31-68.
- Chromá, Marta “Semantic and Legal Interpretation: Two Approaches to Legal Translation”, *Language, Culture and the Law*, Peter Lang Bern, 2008, pp. 303-316. Consultado em 24 de janeiro de 2019. <https://www.researchgate.net/publication/236213397_Semantic_and_Legal_Interpreter_Two_Approaches_to_Legal_Translation>.
- Forbes, Joana. *A Tradução Jurídica no Contexto da Certificação: requisitos, estratégias e legitimidade do tradutor*. Dissertação de Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos. Porto: FLUP, 2012.
- Garzone, Giuliana. “Legal translation and functionalist approaches: a contradiction in terms?”, University of Bologna, Italia, 2000. Consultado em 24 de março, 2019. <<http://www.tradulex.com/Actes2000/Garzone.pdf>>.

- Hatim, Basil e Jeremy Munday. *Translation: An Advanced Resource Book*. London and New York: Routledge, 2004.
- Hatim, Basil. "Pragmatics". *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Ed. Mona Baker e Gabriela Saldanha. London and New York: Routledge, 2009, pp. 204-208.
- Hickey, Leo. "Perlocutionary Equivalence: Marking, Exegesis and Recontextualisation". *The Pragmatics of Translation*. Ed. Leo Hickey. Clevedon: Multilingual Matters, 1998, pp. 217-232.
- Huang, Yan. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Lakoff, Robin. *Talking Power. The Politics of Language*. New York: Basic Books, 1990, pp. 34-38.
- Munday, Jeremy. *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. London and New York: Routledge, 2016.
- Morini, Massimiliano. *The Pragmatic Translator. An Integral Theory of Translation*. London and New York: Bloomsbury Academic, 2013.
- Nida, Eugene A. *Contexts in Translating*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- Nord, Christiane. "Loyalty and Fidelity in Specialized Translation". *CONFLUÊNCIAS-Revista de Tradução Científica e Técnica*, n.º 4, maio de 2006, pp. 29-41.
- . *Translating as a Purposeful Activity. Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St Jerome Publishing, 1997.
- Olohan, Maeve. "Scientific and Technical Translation". *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Ed. Mona Baker e Gabriela Saldanha. London and New York: Routledge, 2009, pp. 246-249.
- Reynolds, Matthew. *Translation: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Reiss, Katharina. "Type, Kind and Individuality of Text: Decision Making in Translation". *The Translation Studies Reader*. Ed. Lawrence Venuti. London and New York: Routledge, 2012, pp. 160-171.

- Sager, Juan Carlos. *Language Engineering and Translation. Consequences of Automation*. Philadelphia: Benjamins, 1993.
- Šarčević, Susan. “Legal Translation and Translation Theory: A Receiver-Oriented Approach”, 2000. Consultado em 25 de janeiro, 2019. <<http://www.tradulex.com/Actes2000/sarcevic.pdf>>.
- Schubert, Klaus. “Technical Translation”. *Handbook of Translation Studies*, Volume 1, John Benjamins Publishing Company, 2010, pp. 350–355. Consultado em 25 de janeiro, 2019. <<https://benjamins.com/online/hts/articles/tec1>>.
- Smartcat. *Smartcat Help Center*. Consultado em 15 de março 2019 <<https://help.smartcat.ai/hc/en-us/articles/360002330952-What-is-Smartcat->>>
- Smith, Sylvia A. “Culture Clash: Anglo-American Case Law and German Civil Law in Translation”. *Translation and the Law*, Ed. Marshall Morris, American Translators Association Scholarly Monograph Series VIII, 1995, pp. 179-197.
- Stolze, Radegundis. “Dealing with cultural elements in technical texts for translation”. *The Journal of Specialised Translation*, nº 11, 2009, pp. 124-142. Consultado em 25 de janeiro, 2019. <http://www.jostrans.org/issue11/art_stolze.pdf>.
- “UNESCO Nomenclature for Fields of Science and Technology”, 2005. Consultado em 25 de janeiro de 2019. <<http://skos.um.es/unesco6/00/html>>.
- Venuti, Lawrence. *The Translation Studies Reader*. London and New York: Routledge, 2012.
- Vermeer, Hans J. “Skopos and Commission in Translational Action”. Trad. Andrew Chesterman. *The Translation Studies Reader*. Ed. Lawrence Venuti. London and New York: Routledge, 2012, pp. 191-202.
- . “Übersetzung als Kultureller Transfer”. *Übersetzungswissenschaft - eine Neuorientierung: zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Mary Snell-Hornby. Tübingen: Francke Verl, 1986, pp. 30-53.
- Verschueren, Jef. *Understanding Pragmatics*. London: Arnold, 1999.
- Yule, George. *Pragmatics*. Oxford University Press, 1996.

ANEXOS

Anexo I – Glossários

(Glossários provenientes de pesquisa no *Linguee*, IATE, EUR-Lex e ProZ)

	EN	PT
1	Articles of Association	Estatutos da Sociedade
2	Attached to this deed	Instruem este ato
3	Bailiff	Oficial de justiça
4	Cautions	Precauções
5	Clerk of Court	Escrivão de Direito
6	Company	Sociedade
7	Custody	Guarda
8	Easements	Servidões
9	EE	Empregado
10	Encumbrance	Oneração
11	Enforcement Proceedings	Processo de Execução
12	ER	Empregador
13	Express	Urgente
14	Financial Year	Exercício Económico
15	Foreseeable period	Período previsto
16	Hereinafter	Doravante
17	Legally binding	Caráter vinculativo
18	Legal Persons	Pessoas Coletivas
19	Liability	Responsabilidade
20	Non-tax	Não-tributário
21	Nuisance	Incómodo
22	Of equal content	De teor igual
23	Par value	Valor nominal
24	Power of attorney	Procuração legal
25	Proceeding	Diligência
26	Provision	Disposição legal
27	Relief	Remédio
28	Repository	Arquivo
29	Resolution	Decisão
30	Transfer of Shares	Cessão de quotas
31	True extract	Cópia fiel
32	Unspent convictions	Crimes não removidos dos registos policiais

	PT	EN
1	Abonações	Guarantees
2	Acórdão	Judgment
3	Arquivos	Records
4	Autos	Records
5	Carta de Curso	Diploma
6	Certificado de admissibilidade	Certificate of designation
7	Código tributário	Tax code
8	Comarca	District
9	Comunhão de bens	Legal community of goods and property
10	Conservador	Registrar
11	Conservatória	Registry
12	Declarante	Informant
13	Diário da República	Official Gazette
14	Dolo	Willful misconduct
15	Emissão	Issuance
16	Filiais	Branches
17	Grau de Licenciado	Licentiate Degree
18	Juízo de Família e Menores	District Family and Juvenile Court
19	Lavrada	Drawn up
20	Menções especiais	Additional information
21	NIF	TIN
22	Nubente	Bride/ Bridegroom
23	Órgãos Sociais	Governing Bodies
24	Particular	Private
25	Peritagens	Expert inspection
26	Portaria	Order
27	Quadro Nacional de Qualificações	National Qualifications Framework
28	Quantia escriturada	Carrying amount
29	Residência habitual	Primary residence
30	Sócio	Shareholder
31	Titular	Holder
32	Transitou em julgado	Passed into matter adjudged
33	Unipessoal	Single-member

Anexo II - Modelo de Apostila de Haia

<p style="text-align: center;">Apostille (Convention de La Haye du 5 Octobre 1961)</p>			
1. País			
2. Foi assinado por			
3. Agindo na qualidade de			
4. Foi selado/carimbado por			
Certificado			
5. Em		6. a	
7. Por			
8. Sob o n.º			
9. Selo/Carimbo		10. Assinatura	

Anexo III - Registo Criminal

Texto de Partida:

POLICE CERTIFICATE (UK)

For visa and immigration purposes

This personal data is provided to you by ACRO Criminal Records Office for the purpose of an immigration, consular, visa or citizenship related application made to a foreign government. Keep the data secure and protect it against loss or unauthorized access.

[Confidencial]

Date of creation:

[Confidencial]

Applicant details

Surname:	[Confidencial]	Address:	[Confidencial]
Forename(s):	[Confidencial]		[Confidencial]
Other Name(s):			[Confidencial]
Date of birth:	[Confidencial]		[Confidencial]

Travel document details

Surname:	[Confidencial]	Document number:	[Confidencial]
Forename(s):	[Confidencial]	Nationality:	[Confidencial]
Date of birth:	[Confidencial]	Place of birth:	[Confidencial]
		Sex:	[Confidencial]

Summary of convictions and reprimands/warnings/cautions/impending prosecutions/under investigations held on UK police databases and disclosed in accordance with the ACRO stepdown model

NO TRACE

Checked by: //assinatura//

Date printed: [Confidencial]

(ACRO Officer)

ACRO Criminal Records Office
police.certificates@acro.pnn.police.uk | acro.police.uk



ACRO Criminal Records Office



Texto de Chegada:

REGISTO CRIMINAL (Reino Unido)

Para efeitos de visto e imigração

Estes dados pessoais são fornecidos pela ACRO Cartório de Registo Criminais para efeitos de requerimento de imigração, consular, visto ou cidadania dirigido a um governo estrangeiro. Mantenha os dados seguros e proteja-os contra perda ou acesso não autorizado.

[Confidencial]

Data de criação:

[Confidencial]

Detalhes do requerente

Apelido: [Confidencial]

Morada: [Confidencial]

Nome(s): [Confidencial]

[Confidencial]

Outro(s) Nome(s):

[Confidencial]

Data de nascimento: [Confidencial]

[Confidencial]

Detalhes dos documentos de viagem

Apelido: [Confidencial]

Nº do documento: [Confidencial]

Nome(s): [Confidencial]

Nacionalidade: [Confidencial]

Data de nascimento: [Confidencial]

Local de nascimento: [Confidencial]

Sexo: [Confidencial]

Sumário de condenações e advertências/avisos/precauções/processos pendentes/sob investigação nas bases de dados da Polícia do Reino Unido e disponibilizados de acordo com o modelo de retirada de condenações do registo da ACRO.

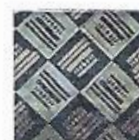
NADA CONSTA

Verificado por: //assinatura//

Data de Impressão: [Confidencial]

(Polícia da ACRO)

ACRO Criminal Records Office
police.certificates@acro.pnn.police.uk | acro.police.uk



Anexo IV - Certificado

Texto de Partida:


Form 1

No. [REDACTED]

I, [REDACTED] Clerk of the County of New York, and Clerk of the Supreme Court in and for said county, the same being a court of record having a seal, **DO HEREBY CERTIFY THAT**

[REDACTED]

whose name is subscribed to the annexed original instrument has been commissioned and qualified as a ~~NOTARY PUBLIC~~ **ACTING CITY CLERK** and has filed his/her original signature in this office and that he/she was at the time of taking such proof or acknowledgment or oath duly authorized by the laws of the State of New York to take the same: that he/she is well acquainted with the handwriting of such public officer or has compared the signature on the certificate of proof or acknowledgment or oath with the original signature filed in his/her office by such public officer and he/she believes that the signature on the original instrument is genuine.

 IN WITNESS WHEREOF, I have hereunto set my hand and my official seal this 27th day of November, 2017

[REDACTED]
County Clerk, New York County

Texto de Chegada:

Formulário 1

[Confidencial] N.º [Confidencial]

Eu, [Confidencial], Escrivão do Distrito de Nova Iorque e Escrivão do Supremo Tribunal de o e para o referido distrito, o mesmo sendo um tribunal de registo com um selo, **CERTIFICO QUE**

[Confidencial]

cujo nome está subscrito no instrumento anexo original foi nomeado e qualificado como **NOTÁRIO PÚBLICO**.....**ESCRIVÃO MUNICIPAL INTERINO**..... e arquivou a sua assinatura original nesta conservatória e que estava, na altura de receber tal testemunho, reconhecimento, ou juramento, devidamente autorizado pelas leis do Estado de Nova Iorque a receber os mesmos: que está familiarizado com a caligrafia do funcionário público ou comparou a assinatura na certidão de prova, ou reconhecimento, ou juramento, com a assinatura original arquivada na sua conservatória de tal funcionário público e acredita que a assinatura no instrumento original é genuína.

POR SER VERDADE, subscrevi e apus o meu selo oficial a

27 de novembro, 2017

[Assinatura]
Escrivão, Distrito de Nova Iorque

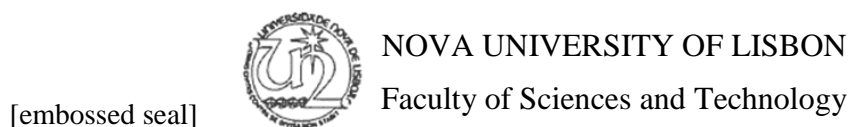
[Selo do
Distrito de
Nova Iorque]

Anexo V - Certidão

Texto de Partida:



Texto de Chegada:



Certificate

[Confidential], Responsible for the Academic Division of the Faculty of Sciences and Technology of Nova University of Lisbon, certifies, in compliance with the decision on petition recorded in this Academic Division, that in the respective records [confidential], born in [confidential], has successfully completed on thirty July two thousand and one **the Licentiate Degree in** [Confidential], with the final average of **fourteen**, obtaining the academic degree of **Licentiate**, having requested his Diploma.

I also certify that he successfully completed the following subjects, which correspond to the academic part of the Licentiate Degree.

Anexo VI - Comprovativo de Certidão de Casamento

Texto de Partida:



Texto de Chegada:

